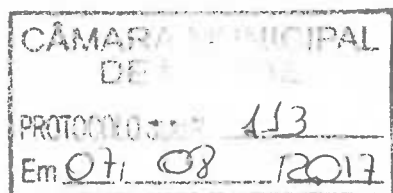




# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2017



*“ Altera e Inclui Artigo na Lei Municipal nº 5.157, de 11 de Abril de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nos estabelecimentos de ensino e dá outras providências”.*

A Câmara Municipal de Muriaé decreta:

Art. 1º – Altera o Artigo 1º estendendo a obrigatoriedade para até os 18 ( dezoito ) anos, uma vez que após a promulgação do Projeto Lei original, vacinas surgiram de fundamental importância e são de 9 ( nove ) até os 15 ( quinze ) anos.

§ 1º - Inalterado.

§ 2º - Inclua-se no parágrafo 2º o prazo de 30 ( trinta ) dias para regularização.

§ 3º – Se num prazo de 30 ( trinta ) dias tal regularização não ocorrer, ficam os pais ou responsáveis sujeitos a ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar ou até mesmo da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Inalterado.

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação.

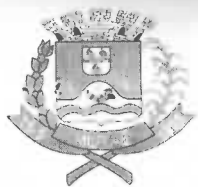
Câmara Municipal de Muriaé

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 31 de Agosto de 2017.

**JOSÉ CARLOS ALVES CERQUEIRA**

Vereador - PSB

*Dr. José Carlos Alves Cerqueira*  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## JUSTIFICATIVA

O Projeto Lei anterior, de autoria do Vereador Manoel Carvalho, não estabelecia um prazo de regularização do Cartão Vacinal, o que é necessário que se faça.

A inclusão do §3º se justifica com o objetivo de pressionar e estabelecer claramente a responsabilidade dos pais ou responsáveis e, inclusive, essa negligência pode sinalizar para outros tipos de desatenção que evidentemente devem ser monitoradas.

JOSÉ CARLOS ALVES CERQUEIRA

Vereador - PSB

Dr. José Carlos Alves Cerqueira  
Vereador